

ILUSTRÍSSIMO SR ROBERT MARTINS SANTOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
MINAS GERAIS

REF. CONCORRÊNCIA N. 002/2019

Recurso Administrativo

A empresa TIME RACE CRONOMETRAGEM ELETRÔNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 17.600.932/0001-78, com sede na Av. Fiscal João Militão, n. 175, Bairro Tropical, Contagem-MG, CEP 32070-570, neste ato representada por seu representante legal DANIEL ALVES DA SILVA, CPF n. 086.862.596-50, vem apresentar, tempestivamente, RECURSO contra ato da Comissão de Licitação, que habilitou a empresa Tribo Eventos Esportivos Ltda em desacordo com o edital e com a legislação vigente.

1. Fatos

Esta Recorrente participou de concorrência pública n. 002/2019 para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de organização e estruturação de evento esportivo.

O edital dispõe de uma série de normas para as questões de habilitação dos concorrentes, os quais, como se sabe, devem ser cumpridos por força do princípio vinculante.



Após a 2ª fase da licitação, a empresa Tribo Eventos Esportivos foi declarada habilitada e vencedora do certame.

Ocorre que, ao serem conferidos os documentos de habilitação da empresa vencedora, esta Recorrente constatou desacatos à itens obrigatórios contidos no edital, os quais foram cientificados à Comissão, que em ata de julgamento, manteve pela habilitação às avessas ao edital.

Mormente o certame conter requisitos específicos para qualificação econômico-financeira, a empresa Tribo Eventos Esportivos não atende este requisito, por não ter apresentado balanço patrimonial registrado na junta Comercia, conforme previsto no instrumento convocatório, como restará demonstrado.

Portanto, em que pese o inegável conhecimento desta Comissão de Licitação que realizou a análise dos documentos, sua decisão de habilitação da empresa Tribo merece ser reformada pois não reflete a legislação vigente e os princípios aplicados aos processos licitatórios, por todos fundamentos a seguir.

2. Qualificação Econômico-Financeira – Descumprimento do Edital

Em atenção ao Princípio da Observância ao Instrumento Convocatório, em se tratando de regras constantes de licitação, a legislação pátria determina que deve haver vinculação a elas.

É o que estabelecem os artigos 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

[Assinatura]

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Quando da análise dos documentos de qualificação econômico-financeira, verificamos que a participante Tribo Eventos Esportivos não cumpriu com a exigência do item 9.5, vejamos o que dispõe o edital:

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, **exigíveis** e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais. No caso de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, estas deverão apresentar fotocópias autenticadas as páginas dos livros diários onde estão registradas as demonstrações financeiras, inclusive do Termo de Abertura e Encerramento do citado livro.

c.1) A comprovação da boa situação financeira do licitante será baseada nos seguintes parâmetros:

1) **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG \geq 1,00**

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

Somente serão habilitadas as Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 1,00, calculado de acordo com a fórmula acima:

2) **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC \geq 1,00**

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Somente serão habilitadas as Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 1,00, calculado de acordo com a fórmula acima:

Infere-se, portanto, que é documento necessário para comprovação da saúde financeira da empresa, bem como da regularidade econômica da mesma.

Tal previsão do edital encontra respaldo na Lei 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;"

Todavia, dos documentos juntados pela empresa vencedora Tribo, **é possível verificar que estão apenas os indicadores econômicos gerados por sistema particular, os quais demonstram que os índices de liquidez da empresa Tribo Eventos Esportivos não correspondem ao índice mínimo de 1, requisitado no edital.**

Ainda, foram apresentados o termo de abertura e encerramento do livro, os lançamentos diários, balancetes do mês de dezembro de 2018 e um comparativo entre os anos de 2017 e 2018.

1
C

Todavia, nenhum dos documentos acostados substitui o balanço patrimonial, especialmente no tocante à obtenção dos indicativos da boa saúde financeira da empresa.

Outrossim, aceitar documento diverso daquele previsto no edital abre precedente para um verdadeiro caos nas licitações, posto que cada licitante se sentiria no direito de apresentar quais documentos entender suficientes para demonstrar suas qualificações.

A necessidade de que haja comprovação correta da capacidade econômico-financeira se baseia na complexidade e importância das contratações públicas.

Isso apenas demonstra a evidente indispensabilidade de que a empresa possua corretamente os documentos legais que atestem sua exata adequação financeira.

Muito embora esse desacato ao edital tenha sido relegado pela equipe avaliadora, a Recorrente exercitando o direito de fiscalizar e buscar averiguar as informações prestadas pelos participantes, e utilizando-se da sua garantia recursal, pretende a revisão da habilitação da empresa Tribo Eventos Esportivos.

Por esta razão, em virtude de não cumprir com requisito impositivo do edital, qual seja, não apresentar balanço comercial na forma da lei averbado na Junta Comercial, a decisão de habilitação da empresa Tribo Eventos Esportivos Ltda deve ser retificada, inabilitando a licitante, passando então a adjudicação do objeto para a segunda colocada, com o prosseguimento do feito e sua homologação.

